

O DEBATE SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E NA ÁFRICA DO SUL¹

Graziella Moraes Silva²

O debate sobre ações afirmativas no Brasil é geralmente tratado como uma questão nacional ou, entre críticos, como uma discussão importada dos Estados Unidos. No entanto, no final do século XX, a implementação de ações afirmativas aconteceu em diferentes países que buscavam implementar políticas para corrigir desigualdades étnico-raciais, entre eles a África do Sul.

Ao longo do século XX, o Brasil e a África do Sul tiveram histórias completamente diferentes, senão opostas, na definição e no tratamento das relações raciais. (Marx, 1998) Quais as semelhanças e diferenças entre os debates sobre a implementação de ações afirmativas nesses dois contextos tão distintos? Esta foi uma das questões que tentei responder a partir de entrevistas com reitores e sub-reitores de universidades brasileiras e sul-africanas, em 2006 e 2007.

No Brasil, a principal justificativa que encontrei entre os entrevistados para implementar ações afirmativas é a possibilidade de criar chances de mobilidade para grupos desfavorecidos em uma sociedade de alta desigualdade por meio do ingresso na universidade pública. Isso fica claro pela quase totalidade dos entrevistados brasileiros que concordaram com afirmações, tais como: “a meta da ação afirmativa é criar oportunidades de mobilidade social para grupos desfavorecidos”; “o papel principal da universidade pública é aceitar estudantes que não podem pagar universidades privadas”; e “a distribuição de estudantes em universidades públicas deve corresponder ao perfil racial e socioeconômico da população”.

A inclusão de estudantes brancos pobres, no entanto, não estava na origem da política de ação afirmativa no Brasil. A princípio, como resultado da Conferência de Durban, que deu origem ao debate sobre o sistema de cotas no Brasil,

No Brasil, a principal justificativa que encontrei entre os entrevistados para implementar ações afirmativas é a possibilidade de criar chances de mobilidade para grupos desfavorecidos em uma sociedade de alta desigualdade por meio do ingresso na universidade pública.

o foco da ação afirmativa era a inclusão de estudantes negros nas universidades públicas. As estatísticas apresentadas na conferência mostraram que os estudantes negros estavam ausentes nos cursos mais seletivos das universidades públicas, apesar de serem quase a metade da população. Mas, já em 2002, logo depois da conferência, quando o Estado do Rio de Janeiro decidiu implementar ações afirmativas, a opção foi pela obrigatoriedade de cotas para estudantes negros (20%) e para estudantes oriundos de escolas públicas (25%); e depois foram estabelecidas no acesso às universidades estaduais do Rio de Janeiro cotas raciais dentro das cotas das escolas públicas. Dois aspectos devem ser observados nesse momento inicial. Primeiro: a ação afirmativa assumiu a forma de cotas e foi estabelecida logo após a conferência. Segundo: as cotas raciais foram rapidamente combinadas com as cotas socioeconômicas. Essa junção de cotas raciais e socioeconômicas serviu como modelo federal de ações afirmativas que se tornou obrigatório a partir de 2012 (Lei nº 12.711/2012).

A partir das entrevistas, foi possível compreender que esse tipo de implementação está baseado na compreensão da exclusão de negros das universidades públicas como um problema socioeconômico, e se apóia na vinculação de raça e classe. Negros devem ser beneficiados pela sua exclusão aos recursos socioeconômicos: renda, educação e empregos.

¹ Este texto é uma versão resumida do artigo “Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul”, publicado originalmente em: *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v.18, n.2, 2006, p.131-165. Versão completa disponível em: <<http://dx.doi.org/>>.

² Professora de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), associada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia.

Contudo, em um país com tanta desigualdade como o Brasil, não são apenas os negros os excluídos, há necessidade, portanto, de incluir outros segmentos da população. Se a junção de cotas sociais e raciais pode ajudar a entender a aprovação dessas políticas por uma parcela grande da população, a especificidade da questão racial perdeu-se em alguns momentos do debate e a maioria das pessoas começou a argumentar que seria melhor considerar apenas os indicadores sociais, pois os dois tipos de cotas tinham a mesma meta: diminuir a desigualdade social.

Os entrevistados que defenderam cotas raciais exclusivas apresentaram dois argumentos: o primeiro, mais comum, que os mecanismos da exclusão racial são diferentes dos mecanismos da exclusão socioeconômica e, portanto, devem ser tratados de forma diferente.

O argumento mistura inclusão social, reparação e diversidade como justificativas para as ações afirmativas. Os negros são excluídos porque são negros, não apenas porque são pobres, e, portanto, há um aspecto particular que deve ser abordado por políticas sociais. A justificativa é a de que os negros são mais excluídos do que os brancos por serem discriminados, independentemente de sua origem social. Muitos argumentaram que, se necessário, poderiam ser estabelecidas cotas sociais, porém separadas. Como declarou um dos entrevistados, os negros ricos também sofrem discriminação e têm sido estigmatizados por estereótipos raciais, e seriam eles os maiores perdedores se as cotas contemplassem apenas os indivíduos de acordo com a sua origem socioeconômica.

O segundo argumento a favor de cotas puramente raciais é uma versão mais pura do argumento clássico da diversidade, mobilizado pela Suprema Corte Americana em 1978 na decisão “*Bakke versus Universidade de California*”: as políticas de ações afirmativas são necessárias para que estudantes negros contribuam para a construção de um espaço plural. De acordo com o argumento da diversidade, a meta da ação afirmativa não seria apenas melhorar os índices socioeconômicos da população negra, mas também reforçar a identidade negra e aumentar a consciência da discriminação e da desigualdade raciais. Esse argumento, no entanto, praticamente não aparece no debate brasileiro, por mais que tenha sido mobilizado por coletivos negros dentro das universidades.

Em contraste ao Brasil, na África do Sul, o debate sobre ação afirmativa gira em torno da importância de criar jovens negros qualificados para o mercado de trabalho e reparar as injustiças do regime do *apartheid*. O debate sul-africano ilustra os dilemas atuais que esse país enfrenta para decidir entre reparar as desigualdades do passado e redistribuir recursos, ou dirigir

seus esforços para integrar o país à economia globalizada. Embora essas duas metas não estejam necessariamente em conflito, representam duas compreensões distintas de política social, que podem resultar em diferenças de implementação e foco. Por um lado, a justificativa que prioriza a qualificação profissional concentra-se em talentos individuais e não prioriza grupos raciais. Por outro, a justificativa da reparação parte de um comprometimento moral de redistribuição, necessário para que grupos raciais anteriormente excluídos sejam compensados.

A ligação entre ação afirmativa e discriminação histórica fica nítida pelo uso do termo “políticas de reparação” para definir as políticas de ações afirmativas que envolvem o acesso ao ensino superior na África do Sul: ao aceitarem estudantes negros, as universidades brancas estão pagando uma dívida histórica.

Contudo, expressões e termos como “corrigir as coisas” ou “transformação” podem-se referir não apenas ao *apartheid* do passado, mas também a outros desafios mais atuais. O argumento é de que na África do Sul a transformação real não é apenas superar divisões raciais e criar o “país do arco-íris”, mas também reduzir as desigualdades de classe.

Há também um debate cada vez maior sobre as desigualdades sociais versus raciais. Durante o *apartheid*, raça e classe estavam tão correlacionadas que não haveria nenhuma diferença efetiva entre uma política racial e outra social. Essa forte correlação é resultado de décadas do regime de *apartheid*, que excluiu os negros das oportunidades educacionais e de emprego, e os segregou nas chamadas townships (bairros superpovoados e com infraestrutura precária onde os negros africanos eram obrigados a viver).

Os negros são excluídos porque são negros, não apenas porque são pobres, e, portanto, há um aspecto particular que deve ser abordado por políticas sociais. A justificativa é a de que os negros são mais excluídos do que os brancos por serem discriminados, independentemente de sua origem social.

No entanto, como os negros formam uma enorme maioria no país (90%) e, ainda que a classe média negra seja minoritária em relação à população negra, ela representa uma porcentagem alta da classe média como um todo. Essa classe média negra permitiu que muitas universidades incluíssem negros sem incluir estudantes de grupos desfavorecidos. Apenas dez anos após o fim do apartheid, alguns estudantes negros já tinham condições de frequentar escolas de qualidade.

Estudos mostram que, desde o final do regime do *apartheid*, as desigualdades *entre* os grupos raciais têm diminuído enquanto as desigualdades *internas* aos grupos raciais têm aumentado. (Seekings and Nattrass, 2005) Assim, se, por um lado, os defensores da ação afirmativa argumentam que a lacuna racial representa a principal causa da desigualdade sul-africana, por outro, os críticos contra-argumentam que as políticas raciais só beneficiaram uma minoria de negros e mantiveram a alta desigualdade socioeconômica que caracteriza a África do Sul. Eles também sustentam que o país deve abandonar as classificações raciais que caracterizavam o *apartheid* e dar prioridade à classe, e não à raça. São essas as pessoas que pressionam por uma abordagem de “classe” em vez de “raça”, e que seja voltada para os estudantes da classe trabalhadora e das zonas rurais.

O argumento sobre a importância em qualificar jovens negros é tão amplamente aceito quanto o de reparação. Ele foca a necessidade de ação afirmativa em termos de mercado de trabalho e produtividade acadêmica. No caso da África do Sul, a grande maioria dos entrevistados associou a ação afirmativa à demanda de crescimento econômico. A explicação é que o *apartheid* negou oportunidades a muitos jovens de talento e, por causa disso, solapou o crescimento econômico. Portanto, o acesso deve-se concentrar nas carreiras que possam contribuir para o crescimento econômico, normalmente as áreas de ciências e engenharia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARX, Anthony. *Making Race and Nation: A Comparison of South Africa, the United States and Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Esse foco também ajuda a explicar porque a expansão do ensino superior sul-africano deu-se mais nas universidades públicas do que nas universidades particulares - já que os cursos de ciências naturais e engenharias exigem muito mais investimento.

Os argumentos sobre a qualificação de jovens negros também defendem a importância de formar profissionais comprometidos com áreas desfavorecidas. Exemplo por excelência dessa abordagem são as faculdades de medicina, que começaram a priorizar a seleção de estudantes que falam idiomas africanos e que são de origem rural, particularmente atingidas pela epidemia de HIV. Logo, em algumas universidades, a seleção desses estudantes começou a ser feita não apenas com base nos resultados do exame de finalização do ensino médio (o Matriculation, ou Matric, exame equivalente ao nosso vestibular), mas também em cartas de recomendação e em um questionário biográfico, no qual os estudantes devem demonstrar motivação, comprometimento social e consciência política.

A comparação entre Brasil e África do Sul ressalta as particularidades, mas também os silêncios de cada país. Na África do Sul, o debate sobre a exclusão de alunos de baixo nível socioeconômico ainda é limitado discursivamente e institucionalmente, pela cobrança de taxas escolares. No Brasil, o debate sobre a importância da diversidade também é restrito, assim como os argumentos sobre reparação histórica e sobre o papel da universidade pública não apenas como instituição de inclusão social (uma compreensão que muitas vezes limita a educação a uma ferramenta individual de mobilidade social), mas também como instituição chave para a formação de profissionais que garantam o desenvolvimento sustentável do país. Em parte, a sustentabilidade das ações afirmativas depende da abertura da universidade pública brasileira para a diversidade sem perder de vista sua centralidade na construção de conhecimento de ponta e formação de profissionais de excelência.

SEEKINGS, Jeremy e NATTRASS, Nicoli. *Class, Race, and Inequality in South Africa*. New Haven: Yale University Press, 2005.